

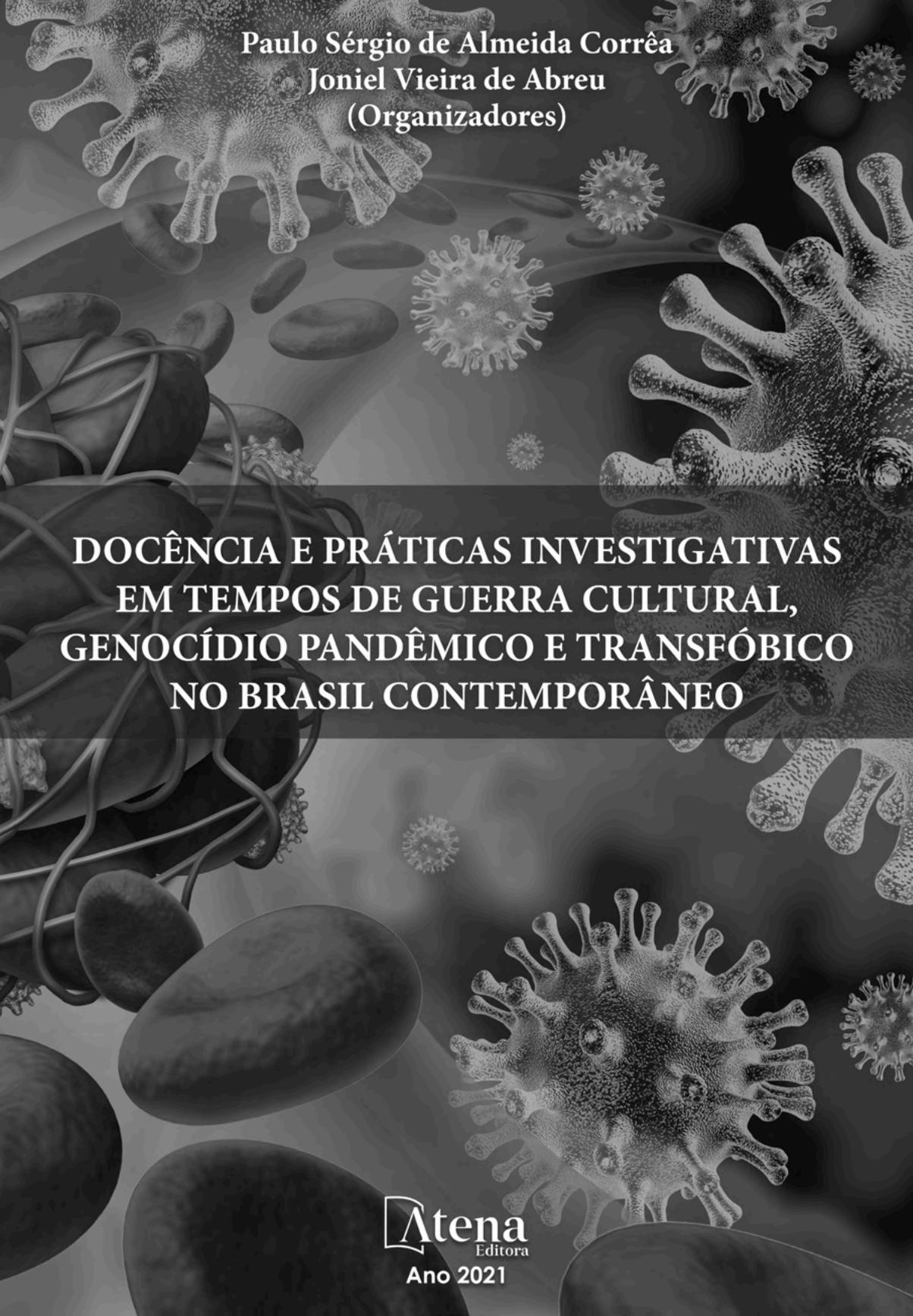


Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

 **Atena**
Editora

Ano 2021

The background of the cover is a grayscale illustration of a microscopic world. It features several large, complex virus particles with prominent surface spikes, resembling coronaviruses. Interspersed among these are smaller, simpler spherical virus particles and various biological structures, including what appear to be cross-sections of cells or membranes. The overall composition is dense and layered, creating a sense of depth and complexity.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D636 Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo / Organizadores Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Joniel Vieira de Abreu. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-711-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.113212311>

1. Isolamento social. 2. Covid-19. I. Corrêa, Paulo Sérgio de Almeida (Organizador). II. Abreu, Joniel Vieira de (Organizador). III. Título.

CDD 302.545

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A ideia de composição desta obra, emergiu em contexto histórico mundial, marcado com o elevado número de pessoas, de diferentes faixas etárias, que vieram a óbito ou sofreram internação, em razão de terem sido contaminadas pela SARS - COVID19. Essa síndrome respiratória, revelou que grande parte dos países, sejam eles desenvolvidos ou não, depararam-se com dificuldades a fim de tornar eficaz o combate ao coronavírus: a falta de infraestrutura físico-financeira; movimentos de resistência às medidas sanitárias adotadas; o quadro de pobreza extrema causada pela exclusão econômica; veiculação de notícias falsas envolvendo as vacinas e seus resultados sobre a saúde coletiva; posicionamentos contrários à ciência propagados por líderes políticos de diferentes países.

Em meio às atrocidades escalonadas a cada segundo, minuto, hora, dia semana, mês e ano, decorrentes das calamidades sanitárias, o cenário fúnebre também se mostrava desafiador nos diferentes âmbitos de exercício profissional, em especial no trabalho docente em nível da Educação Superior.

Os profissionais da educação sofreram abrupta interrupção de suas atividades funcionais, mas, paulatinamente, perceberam que seria possível reinventar seus modos de vida. No caso da Educação Superior, muitos docentes efetivos ou aposentados, alunos de graduação e pós-graduação e técnico-administrativos, não tiveram essa possibilidade de recriação, pois quedaram como vítimas fatais que deixaram de ser tempestivamente assistidas pelo poder público.

Assim, produzir conhecimento e organizar uma obra em tempo tão difícil, ressoa como ato de resistência, pois arquitetar elaborações teórico-empíricas utilizando a palavra escrita requer disposição, saúde física e mental, resiliência para prosseguir as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade, em meio a tantas perdas de familiares, colegas de trabalhos e amigos mais íntimos.

Foi com o propósito de atenuar as deformações experimentadas por nossos corpos e mentes, que no dia 11 de agosto de 2021, perguntou-se aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo – NEPEC¹ se estavam dispostos a organizar um livro e se possuíam artigos recentes disponíveis visando sua publicação. Para a felicidade de nosso coletivo acadêmico, sete integrantes se disponibilizaram a participar da desafiadora obra. Ato contínuo, ficou estabelecido o dia 11 de setembro como prazo final para remessa dos textos aos organizadores.

Considerando-se a dinâmica laboral de cada membro do NEPEC, houve recebimento de 4 produções textuais dentro do tempo previsto. Contudo, concedeu-se a dilatação do prazo para o dia 16 de setembro, o que permitiu a recepção de mais 5 trabalhos acadêmicos.

1. Criado como Grupo de Pesquisa no ano de 2002, com seu reconhecimento institucional pela Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESP da Universidade Federal do Pará, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Portanto, a obra está composta por 9 capítulos.

Uma vez reunidos os textos, identificou-se que os eixos articuladores das temáticas problematizadas pelos autores e coautores, perscrutavam como objetos de estudos os seguintes temas centrais: docência; prática investigativa de perspectiva filosófica; as expectativas de formação continuada de alunos de graduação; a guerra cultural em torno da informação; os efeitos da pandemia do coronavírus sobre os direitos fundamentais e, também, suas incidências na esfera da Educação Básica; a história local e o ensino de história por meio dos rituais de morte; a educação ambiental na Amazônia; as adolescentes trans sob os efeitos da necropolítica adotada no sistema socioeducativo brasileiro; o ensino remoto emergencial e seus efeitos sobre o trabalho docente e ensino aprendizagem na universidade.

No primeiro capítulo, nascido da coautoria de Thiago Alves Miranda, Joniel Vieira de Abreu e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, objetivou-se analisar os reflexos decorrentes da pandemia do Covid-19, mormente o isolamento social, enquanto medida restritiva de direito fundamental. Trata-se de temática que ganha relevo, na medida em que o novo coronavírus ainda assola a humanidade e não há cura para a Covid-19, sendo as medidas de distanciamento social e isolamento social recomendadas pelo Poder Público para conter a disseminação do vírus, diminuir a curva de contágio e permitir que os estabelecimentos de saúde proporcionem atendimento adequado aos infectados. Porém, se de um lado há aqueles que defendem o isolamento social, de outro, encontram-se ferrenhos críticos, que apontam a responsabilidade do Estado por medidas que obstam a liberdade de ir e vir dos cidadãos e o direito de empreender, evidenciando a relevância do tema. A pesquisa se classifica como dedutiva, descritiva e bibliográfica. O isolamento social pode ser compreendido, em tempos de pandemia, como uma medida jurídica indispensável, ainda que implique na relativização do direito fundamental? Constatou-se que o isolamento social deve ser compreendido como um instrumental jurídico que leva à preservação do direito fundamental, já que decorre da consagração das liberdades e do direito à saúde, devendo o Estado assegurar meios para a efetivação do isolamento daqueles que assim desejam enfrentar a pandemia do Covid-19.

Importante análise também pode ser encontrada na investigação desenvolvida pelas pesquisadoras Márcia Nemer Furtado, Cleide Carvalho de Matos, Analaura Corradi e Rosângela Araújo Darwich, uma vez que analisaram a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021. Qual a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021? Adotou-se o método materialista histórico-dialético, realizando-se coleta e análise de dados mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. *Guerra cultural* não é algo recente, inclusive podendo ter sua base bem antes do contexto aqui enunciado, talvez não com essa denominação, pois trata-se de um conflito ideológico envolvendo principalmente questões morais e de cunho religioso presentes em vários momentos históricos. Concluíram que a *guerra cultural* constitui um grave problema social capaz de inviabilizar a construção de propostas indicativas de caminhos alternativos

às citadas crises e, conseqüentemente, à resolução das mais diversificadas mazelas enfrentadas por grande parte da população brasileira e mundial.

O terceiro capítulo igualmente resultou da parceria intelectual entre os coautores Luiz Miguel Galvão Queiroz, Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Rafael da Silva Queiroz e Terezinha Sirley Ribeiro Sousa. Nesse trabalho, discutiu-se a prática educativa do ensino remoto na rede pública de educação básica, durante o período da pandemia do coronavírus, com destaque ao discurso do ensino inovador, a partir do uso da pedagogia tecnicista e das tecnologias digitais na mediação do ensino. Historicamente, o período da pandemia do coronavírus escancarou a ineficácia da gestão do Estado no modo de produção capitalista em proporcionar a vida com dignidade à população, e nesse contexto, o estudo problematiza: Em que medida o tecnicismo e a tecnologia digital assume relevo enquanto perspectiva inovadora do ensino na visão dos docentes? Tratou-se de um estudo bibliográfico, produzido por meio de textos de autores que investigaram sobre a temática, depoimentos de docentes e documentos iconográficos que subsidiaram a produção da pesquisa. Verificou-se que as práticas educativas mediadas pelo uso da tecnologia, salvaguardadas por um falso discurso inovador, apenas instrumentalizam os docentes para a utilização de aplicativos, softwares, destinados à produção de materiais didáticos sob efeitos de elementos pictóricos, conjugados de cores e frases, para impressionar os discentes.

Geraldo Neves Pereira de Barros e Silvane Lopes Chaves são pesquisadores que também se desafiaram a escrever e disponibilizar o texto para compor a obra. Assim, no quarto capítulo os coautores entrelaçaram um olhar interseccionado com elementos da necropolítica mbembiana para examinar alguns dados oficiais e acontecimentos sociais de característica transfóbica que retratam a realidade enfrentada por adolescentes trans. Apontam a materialização de uma necropolítica trans como prática tecnológica ininterrupta sobre a experiência transexual dessas adolescentes, dentro e fora dos espaços socioeducativos brasileiros, o que tem ampliado sua morte de uma condição meramente física-biológica para a morte moral, social e política.

Sob os cuidados de Raimunda Lucena Melos Soares, foi proposto o texto localizado no quinto capítulo deste livro. Sua finalidade consistiu em compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia, e conseqüentemente proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura. No que consiste essa busca pela verdade empreendida pela filosofia, e que questões envolvem essa procura? As fontes de pesquisa que orientam esse estudo são constituídas por obras que viabilizam o contato com os registros do pensamento de alguns filósofos que contribuem para a compreensão das concepções de verdade, bem como da definição do conceito de verdade e sua importância no processo do conhecimento no âmbito filosófico. No cerne das investigações, e dos questionamentos a respeito do ser, as diversas concepções filosóficas realizam um debate teórico fertilizado pelos conceitos de ser e vir-a-ser, que não prescindem das concepções de verdade. As conclusões a que chegou a autora, considerando as opções feitas no estudo, levam-na a confirmar a existência de uma busca infundável acerca das

verdades epistêmicas, por parte da filosofia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de construção e reconstrução do alicerce sobre o qual o conhecimento se assenta, da elaboração e reelaboração dos conhecimentos, das ideias e das práticas humanas.

Já do labor intelectual exercido por Elaise Almeida Martins e Natamias Lopes de Lima, teve origem o trabalho inserto como capítulo sexto desta coletânea. Constitui-se objetivo geral da investigação compreender como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo em vista as reivindicações da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo como parâmetro as reivindicações e os problemas apontados no Texto Base da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998? O trabalho resultou do estudo desenvolvido na pesquisa Análise epistemológica de teses e dissertações sobre educação do campo na Amazônia Marajoara produzidas no período de 2000 a 2017, aprovado no Prodoutor PARC Renovação-2018. Realizou-se pesquisa bibliográfica, catalogação e análise das Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades de onde decorrem as produções. As análises foram suficientes para demonstrar que mesmo após de 20 anos da realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, problemas crônicos evidenciados naquele contexto histórico, permanecem, embora em grau e roupagem diferentes. Grande parte das problemáticas apontadas são as mesmas que debatemos hoje, por isso, o conteúdo do Texto que balizou o referido evento, é atual, daí continuarmos falando de Analfabetismo, baixo número de matriculas no ensino fundamental comparando ao espaço urbano, falta de infraestrutura para receber os estudantes na escola, falta de apoio dos órgãos estaduais e municipais, currículo descontextualizado, dificuldade de acesso e permanência à escola.

Em coautoria com alunos do curso de graduação, encontra-se representado o sétimo capítulo, do qual participaram Sérgio Bandeira do Nascimento, Adrielly Ferreira Trindade, Elinael da Silva Neves, Maria Marcilene dos Santos Foro, Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho e Valdeci Cristo Alves. Tal produção decorre de experiências a partir de uma disciplina, Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, ofertada para o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS/Abaetetuba/UFPa). O objetivo consiste em descrever as experiências a partir de uma atividade de ensino com ênfase na História Local e da história oral sobre o processo de transformação de um antigo cemitério em um Campo Espiritual na cidade de Acará. Em relação à metodologia, além de referencial bibliográfico como Fonseca (2009), Luca (2019), Adiche (2019), houve utilização de dados coletados por meio de entrevista com dois antigos moradores e de um padre que atuou na referida cidade, assim como o uso de fotografias que retratam significativamente o quadro de mudanças do lugar e a sua própria ressignificação pelos moradores do município. Os resultados indicam a necessidade de proposições que dinamizem o ensino de história nos anos iniciais no Ensino Fundamental, o uso da história local com subsídios da história oral como estratégia de apropriação e valorização de processos cotidianos dos

próprios discentes para o fortalecimento da identidade e pertencimento como moradores da cidade. Quanto ao exercício da docência, acreditam poder contribuir com a formação de futuros professores para compreenderem que as transformações históricas, como no caso do objeto de estudo, não existem aleatoriamente, mas possuem contextos próprios que cumprem determinados papéis sociais.

O oitavo capítulo, construído na coautoria de Lucas dos Santos da Silva, Luana Fernandes Peixoto e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, transborda esperanças depositadas por alunos de graduação sobre o aprimoramento profissional e a pesquisa. O estudo objetivou identificar as expectativas de formação continuada dos alunos em uma turma do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Como a formação continuada surgiu e quais as motivações para isto? Como os graduandos veem a formação inicial da profissão docente? A metodologia realizada decorreu de um levantamento bibliográfico, no período histórico de 14 anos, além disso, optou-se por aplicar um formulário de perguntas para a coleta de dados nos termos sugeridos por Salles, Farias e Nascimento (2015) e por fim, a compilação e análise dos dados obtidos. Suas conclusões demonstraram que os alunos pesquisados mostram expectativas para a continuidade no ingresso em cursos da pós-graduação, e entendem a importância desta para a sua formação e para a pesquisa.

Por último, tem-se o nono capítulo de autoria de Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, cuja finalidade desta produção científica visou analisar as implicações do ensino remoto emergencial adotado pelas universidades brasileiras no contexto da pandemia SARS COVID-19, particularmente os efeitos produzidos pelas normas regulamentadoras sobre o trabalho docente e o ensino aprendizagem no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Quais as bases legais que possibilitaram à Universidade Federal do Pará instituir e implementar o Ensino Remoto Emergencial? Como se caracteriza o Ensino Remoto Emergencial enquanto política pública aprovada e adotada nessa instituição? Quais os impactos do Ensino Remoto Emergencial sobre o trabalho docente e o processo de ensino aprendizagem dos alunos do curso de Pedagogia? Estudo bibliográfico e documental, tendo havido aplicação de formulário a professores e alunos envolvidos com atividades pedagógicas não presenciais entre os meses de agosto de 2020 a setembro de 2021. Constatou-se a existência de diferentes normas regulamentadoras das atividades pedagógicas não presenciais (em âmbito federal) e do Ensino Remoto Emergencial (na esfera institucional da Universidade Federal do Pará). Ainda que a implantação do Ensino Remoto Emergencial tenha obtido como resultado algumas vantagens aos alunos, os aspectos ressaltados como prejudiciais revelaram o quanto essa política institucional passou a ser inconsistente, em muitos casos, fazendo decair a qualidade do trabalho docente e do ensino aprendizagem realizado no período de sua vigência.

Os estudos aqui reunidos, portanto, irrompem como importantes provocações epistemológicas, fagulhas capazes de projetar lampejos de esperança sobre os diferentes modos com os quais nós, docentes da Educação Superior, procuramos nos reinventar para resistir a tantas adversidades, em meio a sofrimentos e perdas irreparáveis, irrecuperáveis, insubstituíveis.

Acima de tudo, esta obra também é uma forma de protestar contra a atuação omissiva do Presidente do Brasil, em face dos malefícios causados pela pandemia do coronavírus e de suas nefastas medidas oficiais que ampliaram a proliferação dessa infecção, tendo como consequência o genocídio de parte considerável da população brasileira.

Por outro lado, sobressai a oportunidade de prestar as merecidas homenagens a ELZA EZILDA VALENTE DANTAS e DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS. A primeira, porque devotou parte de sua vida profissional ao ensino, pesquisa, gestão institucional e produção de conhecimento, com destacada participação no NEPEC, na qualidade de orientanda e de pesquisadora, cravando sua sensibilidade nas veredas históricas de nossos corações. Tornou-se uma vítima do coronavírus, tendo falecido no dia 22 de fevereiro do ano de 2021. O segundo, por ter sido um docente da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, com o qual muitos dos autores presentes neste livro tiveram a oportunidade de conviver enquanto colegas de turma do Curso de Mestrado ou no Doutorado, como aluno de disciplina, um colega de profissão, um amigo, um militante na luta em defesa da educação, da justiça e da democracia. Acometido pelo coronavírus, também não resistiu e sucumbiu. Deixou-nos órfãos de seu convívio no dia 13 de junho de 2021.

Agradecemos a todos os docentes e graduandos que se disponibilizaram a participar da criação desta obra-protesto, cedendo parte de seu tempo de vida e de trabalho para pesquisar e produzir conhecimento, encarando a criação como ato de alimento à vida e resistência às intolerâncias, em momento que a ciência e seus arautos sofrem execração pública.

Belém, Pará, Brasil.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

(Organizadores)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL:
REFLEXOS DA COVID-19

Thiago Alves Miranda
Joniel Vieira de Abreu
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123111>

CAPÍTULO 2..... 18

GUERRAS CULTURAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Márcia Nemer Furtado
Cleide Carvalho de Matos
Analaura Corradi
Rosângela Araújo Darwich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123112>

CAPÍTULO 3..... 30

A FALÁCIA DA PEDAGOGIA TECNICISTA E DA TECNOLOGIA DIGITAL COMO
PERSPECTIVAS INOVADORAS DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Luiz Miguel Galvão Queiroz
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Rafael da Silva Queiroz
Terezinha Sirlei Ribeiro de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123113>

CAPÍTULO 4..... 46

“ME TRATAM COMO UMA BARATA”: ADOLESCENTES TRANS, NECROPOLÍTICA E O
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Geraldo Neves Pereira de Barros
Silvane Lopes Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123114>

CAPÍTULO 5..... 56

FILOSOFIA, CONHECIMENTO E VERDADE: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Raimunda Lucena Melo Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123115>

CAPÍTULO 6..... 76

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA ANÁLISE APÓS 20 ANOS
DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Elaise Almeida Martins

Natamias Lopes de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123116>

CAPÍTULO 7..... 97

HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E RITUAIS DE MORTE NO CAMPO
ESPIRITUAL DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ACARÁ-PARÁ

Sérgio Bandeira do Nascimento
Adrielly Ferreira Trindade
Elinael da Silva Neves
Maria Marcilene dos Santos Foro
Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho
Valdeci Cristo Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123117>

CAPÍTULO 8..... 111

EXPECTATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ALUNOS DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Lucas dos Santos da Silva
Luana Fernandes Peixoto
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123118>

CAPÍTULO 9..... 130

REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E OS EFEITOS DA
POLÍTICA INSTITUCIONAL NA RECENTE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123119>

SOBRE OS ORGANIZADORES 169

FILOSOFIA, CONHECIMENTO E VERDADE: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Data de aceite: 01/11/2021

Raimunda Lucena Melo Soares

Mestrado e Doutorado em Educação. Professora Associada. Faculdade de Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

Este texto consiste em uma retomada de parte da segunda seção da minha dissertação de mestrado, com algumas reformulações. Embora tenha sido possível aproveitar uma parte do texto original, há mudanças significativas suscitadas pela constituição do objeto de investigação que consiste na busca da verdade do conhecimento, empreendida historicamente pela filosofia, uma vez que a pergunta pela verdade consiste uma inquietação dos homens em diferentes tempos de sua história.

Tanto a filosofia como a ciência, em seus processos de elaboração do conhecimento, produzem seus objetos e problemas de investigação, e as análises e os diálogos em torno deles aspiram contribuir com a humanidade. De modo que a importância do conhecimento para o homem costuma ser avaliada tanto pela contribuição que aquele dá a humanidade como pelo teor de veracidade que ele imprime. Ao objetivar sua importância e validação, o conhecimento, por sua vez, prima pela verdade,

sobretudo no âmbito da filosofia, ou seja, o critério de validação é a verdade. Se diz respeito à validade do conhecimento, então a discussão sobre esse assunto além de ser importante, é necessária, especialmente a todo aquele que se envolve com o conhecimento, seja filosófico, seja científico.

É admissível afirmar que, historicamente, a filosofia analisa a verdade epistêmica e se preocupa tanto em compreendê-la como em conceituá-la. No que consiste essa busca pela verdade empreendida pela filosofia, e que questões envolvem essa procura?

Considerando que a necessidade da verdade se impõe ao homem como algo vital, como uma medida imprescindível de segurança, o objetivo deste estudo consiste em compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia, e conseqüentemente proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura.

A intenção de rastrear os caminhos percorridos, situar alguns momentos e questões relativas a essa procura implica partir do posicionamento de alguns teóricos sobre o assunto. Tendo em vista que desde Parmênides e Heráclito já se percebe afirmações indicativas dessa procura, e até mesmo de determinação do caminho percorrido para alcançá-la, ou seja, do método que torna isso possível.

Assim, as fontes de pesquisa que

orientam esse estudo são constituídas por obras que viabilizam o contato com os registros do pensamento de alguns filósofos que contribuem para a compreensão das concepções de verdade, bem como da definição do conceito de verdade e sua importância no processo do conhecimento no âmbito filosófico.

O DESVELAMENTO DO SER NAS TRILHAS DA VERDADE

Ao tratar da busca da verdade no cerne do conhecimento, é importante saber o que se entende por verdade nesse processo de procura que a filosofia empreende historicamente, de modo que se possa contribuir para o esclarecimento dos conceitos, das concepções de verdade instituídas historicamente no âmbito da filosofia.

Nesse sentido, é interessante lembrar que o pensamento ocidental tem suas raízes na filosofia grega, de tal modo que aquele é considerado herdeiro desta e os caminhos que percorre, de certa maneira, têm suas explicações na antiguidade grega, pelo menos como ponto de partida.

Na história do pensamento filosófico, em geral, e do ocidental em particular, podemos notar que os filósofos tiveram uma preocupação em obter explicações que possibilitassem fundamentar a origem e o fim de tudo. Essas explicações parecem ser fundamentais ao homem. A filosofia surge, pois, em um contexto ávido por explicações, como *logos*, como um pensamento que quer saber a origem, o porquê e a finalidade de tudo e do todo, que assume uma atitude que interroga, questiona, investiga, visando um conhecimento sobre o sentido da totalidade. Na antiguidade, os gregos demonstraram que essas interrogações constituiriam uma forma sistemática de investigação, compreensão e explicação do homem acerca de si mesmo e sobre o mundo. Trata-se de um pensamento racional que prima pelo conhecimento filosófico como busca da verdade, do esclarecimento.

Essa procura foi fertilizada pelo desejo de entender como as diversas descobertas realizadas pelo homem se combinam formando uma totalidade, que significação tem isso para o homem e o que este é propriamente. Ora, a ação e o conhecimento humanos estão ligados à linguagem. O filósofo, então, propõe-se a examinar os diferentes significados que certas noções podem obter de acordo com os diversos contextos em que são utilizadas. A filosofia, perquirindo o sentido de totalidade, tem estado presente, em toda a sua história, onde esteve presente o homem e suas descobertas, constituindo-se, assim, como problema para ela o mundo, o homem e suas ações.

A percepção de que a filosofia empreende uma busca pela verdade, subsidiada pelo amor à sabedoria, *a priori*, foge à ideia de terminalidade para assumir a ideia de continuidade, de permanência da procura. Neste sentido, o fundamento primordial para um método filosófico é a reflexão contínua e acima de tudo crítica, essa atividade mental pela qual somos capazes de questionar tudo, inclusive a nós mesmos e assumirmos uma

postura crítica de nosso próprio comportamento, uma atitude essencial para a criação dos conceitos necessários à compreensão da realidade histórica e social, bem como à socialização do conhecimento.

Além de necessários, os conceitos são muito importantes no processo do conhecimento. Desde Parmênides e Heráclito, já se percebe a criação de conceitos fundamentais a lógicas que orientam o nosso pensamento e nos permitem conhecer de modo sistemático e profundo os objetos investigados. O conceito de ser de Parmênides, concebido como é uno, idêntico, eterno e imutável encontra-se na base da lógica formal com o seu princípio de identidade, enquanto o conceito de vir-a-ser de Heráclito entendido como devir, movimento contínuo, situa-se na base da lógica dialética com seu princípio de contradição.

Tais conceitos constituem um indicativo da investigação filosófica a respeito da verdade. A procura pelo ser pensado como algo imóvel consiste em rastrear uma certeza capaz de colocar um fim a tantas dúvidas e de permitir um caminho seguro ao homem. Na perspectiva da imobilidade do ser, falar do ser do homem, por exemplo, é imprimir nele o caráter de imobilidade e, ao mesmo tempo, transformá-lo no modelo do mundo. Da mesma forma, o ser do mundo nessa perspectiva, e estamos falando de mundo humano, sociocultural, implica transformar o mundo num espaço alienado e alienante. É negar o próprio movimento do mundo, e cedo os filósofos se deram conta do absurdo que seria entender o ser num imobilismo radical. Platão (2000), por exemplo, ao buscar o ser como essência imutável, viu-se exigido a explicar o movimento do mundo sensível, a mutabilidade nele existente, porém, sem perde o nexos com a imutabilidade, garantido pelo conceito de participação.

O mundo sensível, mutável, participa do mundo inteligível, imutável, ao ser deste uma cópia em que o próprio homem intui, por reminiscência, as essências, as ideias nele espelhadas. Mas no mundo sensível tudo o que contemplamos, todas as coisas não são mais que sombras efêmeras, imperfeitas, passageiras, reproduções inferiores das ideias puras, sempre iguais a si mesmas, eternas e perfeitas (PLATÃO, 2000). Contudo, é a partir desse mundo ilusório e, justamente, por causa desse caráter que o homem se lança à procura do ser, da verdade, do saber do qual ele próprio pode participar, desde que se afaste o máximo possível do mundo sensível rumo ao mundo inteligível. O ser é algo que permite a participação. O filósofo em destaque volta-se para o mundo das ideias na procura de superação da finitude, buscando o ser nas ideias infinitas, suprassensíveis, porque o finito é negativo. Segundo Platão (2000, p. 344, 532 a-b), quando alguém “se vale da Dialética: sem nenhuma ajuda dos sentidos externos e com o recurso exclusivo da razão, tenta chegar à essência das coisas, sem parar enquanto não apreende com o pensamento puro o bem de si mesmo”

Platão demonstra em suas obras uma profunda preocupação com a construção

do conhecimento como saber verdadeiro. No pensamento desse filósofo, no caminho percorrido em busca da verdade, a realidade tem por fundamento forças espirituais, potências ideais. Para Platão (2000, p.324, 518e-519a), a faculdade de pensar é uma virtude da alma: “a do conhecimento, mais do que qualquer outra contém algo divino [...] nunca perde a força”. No entanto, dependendo do uso que fazemos, ela pode “tornar-se útil e salutar ou imprestável e prejudicial”. As ideias suprassensíveis são realidades objetivas e os sentidos jamais proporcionarão a episteme, o verdadeiro saber, senão apenas *doxa*, meras opiniões. Assim, Platão liga as questões do ser às questões do conhecer e tira da ciência qualquer possibilidade empírica. Afinal, o conhecimento se dá por reminiscência.

O pensamento filosófico não pode ser visto desligado do seu contexto histórico-social, bem como o pensamento de determinado filósofo não deve ignorar o de seus antecessores. Nesta perspectiva, podemos dizer que Aristóteles sentiu-se no dever de ir mais além que seu mestre, mostrando que o mundo das ideias, constituído por Platão, é, na verdade, uma desnecessária duplicação do mundo sensível, das coisas. Ora, se existem ideias das coisas que são, tem que haver ideia das coisas que não são. Todo o esforço de Aristóteles dirigiu-se a fazer descer do Olimpo as essências mesmas e constituiu-las nas coisas do mundo sensível. Com Aristóteles (2002), no mundo sensível, cada espécie, cada indivíduo participa diretamente do mundo essencial, pois cada um tem sua própria essência, mesmo que essa seja uma potencialidade, porém, que tende a atualizar-se, a realizar-se. Há, pois, um movimento essencial no mundo sensível, mas há também a existência de um ser sempre atualizado, imóvel, em que a essência nunca esteve potencialmente, porquanto sempre foi ato, atualização.

Diferentemente de Platão, Aristóteles considera a intuição sensível como um conhecimento que, embora inferior, é necessário como ponto de partida para um conhecimento superior, o intelectual, proporcionado pela razão. O conhecimento é fruto tanto do pensamento como da experiência. A experiência do conhecimento é sensível e racional. As representações sensíveis constituem a certeza da possibilidade da verdade, pois os sentidos, por si, nunca nos confundem. Os equívocos têm início numa elaboração enganosa dos dados dos sentidos. Aristóteles entende que, no plano metafísico, o universal, a condição, o inteligível, antecede o particular, o contingente, o sensível, por isso a elaboração do conhecimento ocorre a partir da dedução. Mas, no plano psicológico, o particular é anterior ao universal. Desse modo, a elaboração do conhecimento acontece por indução. O universal existe sempre no particular, contudo jamais conseguiremos uma relação minuciosa de todos os fenômenos particulares para chegar com certeza a leis universais abrangendo todas as essências (PADOVANI & CASTAGNOLA, 1993). De qualquer modo, a junção do sensível ao racional amplia o conceito de experiência.

O conceito aristotélico de experiência afasta toda a forma de inatismo, pois os conceitos e os juízos são, de alguma maneira, extraídos da representação sensível,

da experiência. Se os sentidos, por si, jamais nos enganam, então a verdade tem sua origem nos sentidos. Por isso mesmo, podemos dizer que no pensamento aristotélico o conhecimento sensível adquire um profundo valor, embora seja considerado inferior ao conhecimento intelectual.

No realismo aristotélico a realidade material existe concretamente, independentemente de nossas ideias, de modo que o aprendizado dessa realidade objetiva é próprio da essência do conhecimento. Nossos conceitos e ideias somente são verdadeiros quando correspondem ao que as coisas realmente são, ou seja, são condicionados pela objetividade material. A verdade é, pois, um juízo que corresponde à realidade.

No que diz respeito ao aspecto social, o condicionamento do ideal pelo real material pode conduzir a uma interpretação determinista unilateral, em que as relações sociais, realidade material da sociedade, independem das ideias e conceitos, portanto, das teorias. Desse modo, as teorias têm função explicativa, interpretativa, analítica, e até justificadora, mas jamais projetora do social.

Essa unilateralidade tira qualquer capacidade de projetar idealmente a materialidade, a prática social. Contudo, se as ideias e conceitos, para serem verdadeiros, devem corresponder à realidade objetiva, isto significa que é possível que dela partam e a ela devam voltar, ou seja, é possível pensar uma intervenção da idealidade na materialidade social, concepção essa que tomará corpo e força a partir do século XIX. Se o conceito de experiência põe em evidência a necessidade e a importância do conhecimento sensível, do mesmo modo serve para indicar a possibilidade de experimentações, que podem conduzir a novas descobertas e abrir espaços para novas realizações, indispensáveis à prática social.

Nessa perspectiva, a consciência, partindo da realidade objetiva, pode projetá-la idealmente e buscar transformá-la. A objetividade da matéria social não prescinde a idealidade. Em outras palavras, as ideias e os conceitos, elaborados criticamente, podem servir de fundamentação para uma prática social crítica, cuja consciência reconhece sua responsabilidade mediante o mundo. Paulo Freire, por exemplo, observa que:

Na objetivação transparece, pois, a responsabilidade histórica do sujeito: ao reproduzi-la criticamente, o homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária mediação do autoconhecimento que personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história (FREIRE, 1987, p. 17).

Em relação ao conhecimento, se podemos dizer que, em decorrência de nossa capacidade psicológica, a abstração das representações sensíveis ocorre por um processo indutivo e, se por ele, jamais conseguiremos realizar uma síntese completa dos fenômenos particulares, que nos permita chegar à totalidade das leis universais, então a procura pela verdade é interminável. O conhecimento é processo, por isso mesmo, jamais acabado.

Essa noção de inacabamento viabiliza a compreensão de uma certa provisoriade

das descobertas e de que nenhuma linha de pensamento consegue chegar a um entendimento total e completo acerca da realidade. O conhecimento, pois, tem caráter aproximado e se constitui uma produção que se faz a partir de outros conhecimentos. Isso significa que depende de uma construção coletiva, tendo em vista que o ponto de partida de cada investigação pressupõe sempre um problema da vida prática e um conhecimento antecedente, e supõe uma investigação conseqüente. Neste sentido, é possível falar, com Freire (1992), de diálogo, isto é, de concordância e de desacordo. Em outras palavras, chegamos à noção de intersubjetividade, de inter-relacionamento de sujeitos diversos, o que indica diferentes interpretações.

Esses sujeitos, cuja capacidade racional não dispensa a sensibilidade, por isso mesmo, não apenas conhecem, mas também sentem, emocionam-se com e diante da capacidade sensível. Assim, podemos dizer que no processo do conhecimento o sujeito relaciona-se, interage e emociona-se.

O modo como conduzimos nossa interpretação do conceito aristotélico de experiência permite-nos demonstrar que podemos chegar à noção de inacabamento, de continuidade processual, embora Aristóteles apresente uma noção de movimento acabado, da potência ao ato, da matéria à forma.

De alguma maneira, a filosofia, cuja busca fundamental é a procura do ser, a Filosofia Primeira como ficou conhecida a Metafísica, por um lado, sempre manteve o ser com um certo caráter de imobilidade, que garantiu o sentido de perfeição e os anseios humanos pela infinitude. Por outro lado, para chegar a um conhecimento profundo da totalidade os filósofos gregos esmeraram-se em raciocínios que lhes possibilitassem apresentar uma visão lógica do todo. Nessa perspectiva de logicidade, a totalidade tende a assumir a característica de um todo fechado sobre si mesmo, uma vez que as contradições são resolvidas no conceito de identidade, concebida como idêntica a si mesmo. Assim, os conceitos de contraposição e superação são diluídos no conceito de identidade. Toda essa formalidade dificultou o entendimento do caráter processual de totalização do real em que se dá a relação contraposição-superação.

Essa procura primeira pelo ser como que se expandiu de tal forma que a perspectiva intelectualista nela presente imprime nas investigações antropológicas, epistemológicas e axiológicas uma tendência marcadamente racionalista. Na antropologia, o ser do homem, sua essência, sua natureza própria é a racionalidade. A razão é a parte mais elevada, é a faculdade mais alta da alma, constituindo-se a maior capacidade e, ao mesmo tempo, a maior posse do homem, aquilo que o coloca acima da natureza, dos demais seres. Nessa perspectiva, a razão tem o papel fundamental de resistir aos impulsos dos sentidos.

Em toda essa perspectiva há um certo desprezo pelo corpo, fortemente posto no pensamento platônico e deixado de lado no pensamento aristotélico com a aceitação de um conhecimento sensível que, embora considerado preliminar, jamais poderia ser concebido

por Platão em sua visão dualista de mundo. Essas duas posições passam a influenciar a discussão sobre as questões antropológicas, axiológicas e epistemológicas, a partir do advento do cristianismo. Os primeiros pensadores de então dividem-se entre os que refutam o desprezo ao corpo e à sensibilidade, alegando ser a corporeidade lugar de salvação, e os que situam o corpo, a matéria, num plano inferior, como lugar da condenação humana. Tais posturas teológicas têm seus fundamentos em questões filosóficas e evidenciam a presença de uma teologia científica no pensamento patrístico, cujos maiores representantes, Orígenes e Santo Agostinho, empreendem-se em sistematizar o pensamento cristão, na patrística¹, em uma vasta síntese filosófica. Com essa perspectiva, o pensamento de Santo Agostinho deixa transparecer uma concepção de verdade que abarca dois conceitos: a verdade como correspondência; e a verdade como revelação. O conhecimento intelectual necessita da iluminação divina, de modo que a verdade como revelação é superior.

A esse respeito Nicola Abagnano (2007, p. 995) afirma:

Muitas vezes a teoria da correspondência é acompanhada pela teoria da Verdade como manifestação ou revelação. S. Agostinho, por um lado, define a verdade como “aquilo que é como aparece” (Solil, II, 5) e por outro considera como Verdade “aquilo que revela o que é, ou que se manifesta a si mesmo”; nesse sentido, identifica a Verdade com o Verbum ou Logos, que é a primeira manifestação imediata e perfeita do ser, ou seja, de Deus (De vera rei, 36).

No período medieval sobressai-se o Tomás de Aquino e com ele instala-se fortemente um intelectualismo nos moldes aristotélicos, realista, que começa pelo ser, pela realidade, e trata de fixar em conhecimentos tidos como verdadeiros, a estrutura própria da realidade, na composição entre substância, essência e causa, procurando ajustar o pensamento ao ser, submeter a razão às exigências do objeto. A concepção de conhecimento em Tomás de Aquino abrange dois tipos, o sensível e o intelectual. Este depende daquele, mas a ele é superior. Por ser, sobretudo, um grande teólogo cristão, o intelectualismo de Tomás de Aquino tem fortes ligações com as questões do pensamento teocêntrico que se sobrepõe em todo o período medieval (PADOVANI & CASTAGNOLA, 1993).

Considerado o grande doutor da Igreja, Tomás de Aquino foi o maior representante da escolástica². O seu esforço teórico-filosófico orientou-se pelo desejo de que o homem não viesse negar pela razão aquilo que ele acreditava pela fé.

Severino (2002, p. 34) afirma que:

O tomismo é a forma mais perfeita e acabada do modo metafísico de pensar, no sentido que a metafísica assumiu na tradição cultural do Ocidente. Trata-

1. Filosofia cristã dos primeiros séculos. A patrística vai do século II ao VIII. Consiste “na elaboração doutrinal das crenças religiosas do cristianismo e na sua defesa contra os ataques dos pagãos e contra as heresias” (ABBAGNANO, 2000, p. 746).

2. Filosofia cristã da Idade Média, desenvolvida nas escolas. A escolástica representa o último período do pensamento cristão, que vai do começo do século IX ao fim do século XVI.

se do exame, pela razão humana, dos princípios e causas primeiras que são condições de existência dos entes. Torna-se então uma doutrina do ser em geral, enquanto ser, desconsiderando-se suas determinações particulares.

Até aqui podemos concluir que a investigação sobre as questões relativas ao conhecimento, sua validade e verdade aliam-se às questões metafísicas, centradas na investigação acerca do ser. A verdade é concebida como correspondência entre o conhecimento e o objeto. Além disso, notamos uma significativa influência de Platão e Aristóteles no pensamento medieval. Contudo, com a crise do pensamento instaurada pela Renascença, a metafísica tende a arrefecer e a perder a sua hegemonia.

NOVOS TEMPOS: ALGUNS CONCEITOS IMPLICADOS NA BUSCA PELA VERDADE

A crise instalada no período do renascimento alarga o espaço da crítica e facilita o surgimento de novas concepções, inclusive de verdade, o que requer a elaboração de novos conceitos. Então, doravante que conceitos sobressaem nesse processo?

A presença de conceitos demandados na trajetória da busca pela verdade no processo de conhecimento indica que além do interesse por questões epistemológicas, a filosofia da modernidade apresenta uma grande preocupação com o homem. Nessa perspectiva, são essencialmente importantes as discussões de Rousseau, Kant, mas também de Hegel e Marx a respeito da liberdade e da moralidade na formação do ser político, e as proposições idealistas e materialistas na configuração do conceito de sujeito cognoscente e histórico.

O pensamento moderno define como principal característica do sujeito a de ser ativo e reconhecer-se como tal, como aquele que se apropria de todas as determinações e as utiliza livremente. Liberdade passa a ser, além da palavra de ordem, uma qualidade essencial do sujeito. Há uma proposição ampla da liberdade e aliada a ela a condenação e a denúncia de seu contrário, atitude marcante do pensamento de Rousseau (1979, p. 09), para quem “o homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhoado”.

Como um dos mais importantes pensadores contratualistas, Rousseau entende que a necessidade de conservação leva os homens a agruparem-se, realizando um pacto social pelo qual a pessoa particular é substituída pela pessoa pública, por um corpo moral configurado pela união de forças e liberdades particulares, cuja unidade objetiva é o bem comum. Isso significa que, por esse pacto, os homens abdicam da liberdade natural, particular, limitada apenas pela força individual, para assumirem a liberdade civil, limitada pela vontade geral.

Sendo assim, o pacto social encerra um compromisso do público para com o particular, de tal modo que a obrigatoriedade dos compromissos que ligam cada indivíduo

ao corpo social só tem razão de ser na reciprocidade.

O sujeito político é, pois, um ser genérico e, como tal, autônomo, tendo em vista que as leis a que se submete são criadas pelo povo, e em que o objeto dessas leis deve atender a noção de generalidade. Isso significa que o atendimento de vontades particulares, em detrimento da vontade geral, traz à tona a injustiça e implica a destruição do corpo político, ao mesmo tempo que constitui um indício de que a verdade necessita ter validade universal, implicada na noção de generalidade.

Rousseau defende como forma de governo a democracia, governo do povo, portanto, caracterizado pela totalidade de indivíduos, embora compreenda que uma democracia autêntica jamais será realizada.

A reapresentação do sujeito político, por Rousseau, é fertilizada por uma crítica radical ao estado de corrupção em que está submerso o homem social e pelas proposições de Estado, democracia e legislação, fundadas sobre a base da liberdade e da responsabilidade. Nesse sentido, a função do legislador reserva a este a obrigação de realizar-se como ser político, entendido como aquele que propicia a condição de liberdade a todos os sujeitos políticos sob a legislatura.

Se aquele que manda nos homens não deve mandar nas leis, aquele que manda nas leis não deve tampouco mandar nos homens; do contrário suas leis, ministros de suas paixões, nada mais fariam, muitas vezes, do que perpetuar suas injustiças, e ele nunca poderia evitar que opiniões particulares alterassem a santidade de sua obra (ROUSSEAU, 1979, p. 49).

No Estado proposto por Rousseau as leis devem cumprir, fundamentalmente, a ideia de universalidade, porque o sujeito político deve ser livre e justo. As críticas dirigidas por esse estudioso ao regime feudal, condenando o seu modo de viver, os seus ideais e a sua cultura, denotam o anseio de reclamar uma vida livre dos entraves do modelo convencional de sociedade, homem e conhecimento.

Os problemas da liberdade e da subjetividade, que aparecem como uma das grandes preocupações dos pensadores modernos, têm em Rousseau (1979) e Kant (1992) um ponto em comum: ambos apresentam uma ligação direta entre esses problemas e a moralidade. Se em Rousseau a liberdade natural dá lugar à liberdade civil, realizando-se pelo sujeito como corpo moral, coletivo, em Kant a liberdade tem a sua expressão autêntica na moralidade. Se para garantir a liberdade Rousseau define a liberdade civil, Kant preocupa-se em deslocar o fundamento da existência, transferindo-o de Deus para o homem, porquanto é o sujeito moral que define a existência de Deus e não o contrário. Não se trata de uma percepção intelectual da existência divina por meio da capacidade racional do homem, de sua razão pura, teórica, mas de uma definição dessa existência pela percepção e realização do dever, fundamento de seu comportamento, portanto, de sua razão prática. Da mesma forma que tudo que o sujeito conhece é produto de sua

consciência na aproximação do objeto, tudo o que ele obedece é produto da consciência que ele tem do dever e não de uma razão divina.

Desligando, pela moralidade, o homem de Deus, Kant (1992) garante a liberdade humana, fundamental para a exigência do cumprimento do dever e sem a qual essa exigência perde todo o seu significado, uma vez que é a consciência moral que dá a si mesma a sua lei. A ação humana é regida pelo respeito ao dever e tudo o que este ordena é universal, refere-se a todos os homens, em todas as condições, tempo e lugar.

O sujeito kantiano é o responsável pelo seu conhecimento e pelo seu comportamento diante do mundo. Kant eleva a noção de responsabilidade ao definir a essência humana pela liberdade e pela razão prática, cujo fundamento é o fato da moralidade, em que todo e qualquer homem tem consciência de seu dever. Kant (1975) levanta a suspeita sobre os limites do conhecimento, ou seja, da razão em relação ao conhecimento, em seu idealismo fenomênico. Do mesmo modo, Kant (1992) provoca desconfiança sobre os limites da liberdade, que se encontram justamente na proposição de uma lei individual, que não atenda ao sentido de universalidade. Dessa forma, a máxima da vontade do sujeito moral deve valer sempre como princípio de uma legislação universal. A liberdade é vista como autonomia da vontade que se dá a si própria a sua lei, cuja determinação implica a noção de universalidade posta no ideal de dever e responsabilidade.

O sujeito kantiano é, portanto, o sujeito moral, mas também cognoscente, na medida mesma em que a razão cria as ideias e teorias universais, e em que os fenômenos devem ser estruturados segundo os moldes da razão.

A concepção de sujeito em Hegel e Marx é fundada em uma concepção dialética de conhecimento. O idealismo e o materialismo, que direcionam as concepções de homem, mundo e conhecimento, têm, respectivamente em Hegel e Marx, dois grandes representantes. Do mesmo modo, é nesses dois pensadores que encontramos uma grande contribuição no que diz respeito à visão dialética contemporânea e à constituição de uma filosofia da história.

Todo o esforço da filosofia hegeliana parece estar em mostrar o movimento da história e, com ele, o problema do sujeito. Em Hegel (1992), a concepção kantiana do sujeito ativo, livre e soberano chega ao seu apogeu com o desenvolvimento do espírito que se dá, segundo ele, progressivamente em três momentos dialéticos, cujos saltos qualitativos estendem-se do espírito subjetivo, que se constitui a individualidade humana, ao espírito objetivo, formado pelas instituições sociais e pela cultura, até chegar ao seu desenvolvimento máximo no Espírito Absoluto – Ideia ou Razão – que nada mais é do que a totalidade do real, incluindo-se aí o homem, que não passa de mera representação da Ideia.

O processo histórico é reduzido por Hegel ao desenvolvimento da Ideia. A história

humana é a própria Ideia encarnada na sociedade. O mundo hegeliano é uma determinação dos conceitos e o sujeito histórico é o cognoscente. Hegel (1992, p. 206) afirma que sujeito é “a substância verdadeira, o ser ou a imediateidade que não tem fora de si a mediação, mas é a própria mediação”.

Embora possamos tecer algumas críticas ao pensamento hegeliano, não podemos ignorar o significado de suas interpretações para uma construção conceitual. Nesse sentido, Hegel esclarece, em parte, a dialeticidade do conhecimento, evidenciando uma possibilidade de explicitação da realidade em todas as suas relações ideais e de reconstrução da mesma pelo pensamento. Nesse processo, o pensamento realiza um movimento no qual concebe os objetos, imprimindo-lhes uma existência conceitual, e o vir-a-ser, que se dá em decorrência das antinomias teóricas, pois nenhum conceito, por si só, abrange a totalidade das relações determinadas pela razão.

Hegel proporciona uma visão das contraposições conceituais, porém limitada, pois considera a realidade uma determinação exclusiva da ideia. Apesar de avançar nas discussões sobre o desenvolvimento da ideia, deixa de lado a realidade material da prática social. Esta define-se pelas contradições conceituais e traduz-se pela passagem de uma cultura a outra.

O problema do sujeito histórico, esboçado por Hegel como teorético, é reapresentado por Marx e toma novos rumos. Se em Hegel o sujeito histórico configura-se submerso em uma concepção de ser ideal, em Marx (1991) ele é visto a partir de uma concepção de ser social que apresenta sujeito preocupado, desde o início, em como produzir sua subsistência. O sujeito histórico é situado não na trama das contradições conceituais, mas na contradição da prática social, embrenhado nas teias das várias relações que ele contrai.

Em Marx, o homem é, antes de tudo, *praxis*, o que significa dizer que se define como um ser produtor, transformador, criador, que mediante o seu trabalho transforma a natureza externa, transformando-se a si próprio e criando um mundo à sua medida, melhor dizendo, à medida de suas práticas e não de seus pensamentos, de sua consciência, de seus conceitos, porquanto estes são nada menos que fruto de suas práticas, pois a consciência é para Marx um produto social, o sujeito histórico, portanto, é o sujeito da *praxis*.

Se em Hegel, a história humana é a do desenvolvimento da ideia no movimento de suas contradições conceituais, em Marx, é a do processo de vida, das relações humanas nas suas contradições. Não nos parece haver nenhum equívoco nisso, porém consideramos que em Hegel há uma redução da história a uma única possibilidade e, conseqüentemente, uma limitação do sujeito no que diz respeito às dimensões humanas, uma vez que esse filósofo parte da ideia e não consegue ir muito além disso. Embora fale de espírito objetivo, isto é, de sociedade, esta é pura racionalidade. Seu pensamento constitui uma filosofia da história, bem como uma ontologia e, com isso, evidencia o sujeito do conhecimento. Marx parte da matéria, das relações humanas e demonstra o caráter social da consciência.

Os conceitos de ideia e de *praxis* proporcionam uma significativa contribuição para o nosso propósito de construção conceitual e para uma aproximação da totalidade no sentido de um eterno vir-a-ser.

O conceito de ideia permite-nos, por um lado, o esclarecimento do processo dialético de elaboração do conhecimento, no que diz respeito aos movimentos da ideia. Por outro lado, para além da interpretação hegeliana, oportuniza o entendimento de que não podemos reduzir a história humana à razão, sem correr o risco de uma compreensão superficial acerca do real. Hegel faz um acordo harmonioso, garantido pelo conceito de identidade, entre a ideia e a realidade objetiva, reduzindo a explicitação das contradições ao limitá-las ao plano ideal, pois suas superações são apenas de caráter teórico e não prático, ainda que muito importante.

O conceito de *praxis* proporciona uma compreensão profunda acerca do real. Marx, diferentemente de Hegel, não dissolve na harmonia entre ideal e material a especificidade de cada um. Ao contrário, põe em evidência uma relação conflituosa, unindo indissoluvelmente teoria e prática no conceito de *praxis* e entendendo a teoria, segundo Vásquez (1990, p. 131), “mais como uma filosofia ou expressão teórica de uma necessidade radical do que como conhecimento de uma realidade”.

Os conceitos evoluem, realizam-se no devir em que são, ao mesmo tempo, necessários à sistematização de uma teoria e contingenciais, em decorrência de sua espacialidade e temporalidade. São os conceitos que alicerçam um raciocínio, explicitam uma lógica, dão clareza a um pensamento, limitam, mas também abrem possibilidades teóricas e lógicas e práticas, posto que não raro servem de fundamento às realizações práticas dos homens.

NOVOS TEMPOS: PROBLEMAS NO PERCURSO

Além da preocupação com a questão conceitual, os novos tempos sugerem o aparecimento de novos problemas, implicando a necessidade de compreendê-los e neste texto, especialmente aqueles levantados no percurso em busca da verdade no conhecimento.

A crise instalada pelo movimento cultural renascentista era constituída tanto por uma crítica como por uma resistência e uma recusa aos modelos de sociedade e de cultura medievais, bem como por uma tendência em reapresentar problemas já inquiridos pela filosofia, mas também em apresentar novos problemas de investigação. Há como que uma busca de superação das possíveis falhas cometidas até então ou, melhor dizendo, junto à apresentação de novas questões surgem novas interpretações, ou mesmo novos posicionamentos sobre velhas questões.

A partir do Renascimento tem início uma certa resistência às ideias absolutas e

imutáveis e começa uma luta pelo direito de viver conforme as próprias experiências. A reapresentação do problema da essência coloca em questão tanto a velha concepção de essência como um conteúdo ideal, universal, uno e eterno, como a nova concepção de que a essência consiste justamente na riqueza da diversidade. As críticas emergidas nesse contexto propiciaram novas discussões sobre velhos problemas e a colocação de novos, dentre eles o da individualidade e o do desenvolvimento humano. A discussão gira em torno de duas perspectivas: a de que o homem nasce com uma essência completa e a de que a essência humana está em formação e que abrange a noção de transformação, suscitando uma discussão sobre a existência.

Com o antropocentrismo que marca esse período, o racionalismo clássico volta a fomentar o pensamento, ainda que levemente, para mais tarde, já na modernidade, tomar força com o problema da racionalidade reapresentado por Descartes em um contexto, onde se observa tanto uma postura de cautela na reapresentação dos problemas, como uma recusa do problema do ser metafísico por parte da ciência. Galileu Galilei é um exemplo dessa recusa.

A questão pelo ser metafísico, que se mantém durante todo o período antigo e medieval, e que fertiliza todas as discussões na perspectiva da totalidade, do ideal e do real, como que aprisiona a filosofia durante todo o período que vai dos clássicos gregos aos escolásticos medievais. Constata-se, então, a necessidade de cautela na reapresentação de antigos problemas e na apresentação de novos. Tudo deve ser feito de modo que, futuramente, a filosofia não venha a ser refutada, como estava sendo a metafísica em meio aquela crise. Francis Bacon e René Descartes, cada um a seu modo, com as particularidades próprias de seus pensamentos, podem ser considerados exemplos dessa cautela que, neles, se caracteriza pela busca de elaboração de um método seguro de investigação que possibilite a elaboração de verdades consistentes e universais.

Bacon, (1973) elabora um método cujo critério de cientificidade encontra-se no princípio indutivo, isto é, depende do contato do sujeito com o objeto, em que a observação dos objetos permite, por um processo de indução, chegar a leis universais, objetivas, que explicam o objeto e estabelecem a verdade do conhecimento. Desse modo, o raciocínio indutivo serviria de instrumento para o intelecto na instauração de novas descobertas científicas. Com isso em vista, dividiu seu método em dois momentos. O primeiro tinha a finalidade de destruir as causas dos erros da mente humana e o segundo objetivava interpretar a natureza com base na observação dos fatos. A esse empirismo moderno, alia-se também Locke (1991) que reconhece como verdadeiro o objetivo, aquilo que provém da experiência. É possível notar no pensamento empirista, de modo geral, uma compreensão de que a natureza das coisas se revela na sensibilidade.

Uma nova perspectiva é assumida por Descartes (1995): duvidando de tudo, procura chegar à confiança em si mesmo, em seus próprios pensamentos. Atribuindo à

razão a exclusividade originária do conhecimento, ele define um critério de cientificidade baseado no princípio do inatismo, de modo que a verdade das teorias se encontra em ideias exclusivas da razão, independentes da experiência. Portanto, o verdadeiro é subjetivo. Para esse filósofo, a razão proporciona um conhecimento matematicamente exato. Não é possível dizer que um homem não existe quando esse homem se dá conta de sua própria existência pelo pensamento.

Apesar das críticas que Descartes dirige à Metafísica, ele não consegue romper com essa filosofia e utiliza um argumento ontológico, próprio do estudo do ser: apesar da imperfeição do homem a existência é uma perfeição, posto que o ser perfeito existe. Isso fica evidente quando Descartes (1995, p.68) afirma:

[...] meditando sobre o fato de eu estava duvidando e, por consequência, o meu ser não era inteiramente perfeito, pois era para mim claro que a perfeição maior do que duvidar era conhecer. Veio-me a ideia de descobrir de onde aprendera a pensar em alguma coisa mais perfeita do que eu, e encontrei a evidência de que devia existir algo de natureza mais perfeita [...] isto é, para que eu me explique em uma palavra.

Os problemas relativos ao conhecimento, colocados no século XVII, especialmente por Galileu, Bacon, Descartes e Loke, especialmente em relação a importância da razão e da experiência empírica no processo de conhecimento, e a tendência de exclusividade originária do conhecimento na razão e ou na experiência, atribuída pelos autores acima referidos, parecem ser o ponto de partida das análises realizadas por Kant no século XVIII, com a perspectiva de uma síntese dessas concepções, no sentido de superação da oposição gerada entre elas.

No tratamento da questão do conhecimento, por Kant (1975), percebe-se um esforço de síntese entre racionalismo e empirismo. Ao realizar essa síntese, Kant faz duas considerações importantes: a de que existem duas fontes originárias do conhecimento a sensibilidade e o entendimento; e de que o conhecimento só ocorre quando o sujeito se relaciona com o objeto. Essa relação permite ao sujeito receber, por meio da capacidade de sensibilidade, diversas informações sobre o objeto, ainda que fragmentadas, demandando disso a necessidade das formas de sentir: espaço e tempo. O primeiro para garantir a contenção da imagem e o segundo para mantê-la, a fim de que possamos reter as intuições, percepções da sensibilidade. Além das formas de sentir o conhecimento necessita das formas de pensar, categorias a priori, que antecedem a experiência empírica e a partir das quais o entendimento processa as intuições sensíveis possibilitando a elaboração de conceitos e realizando, assim, o conhecimento.

Para Kant (1975, p.33) “pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições; pelo entendimento, ao invés, os objetos são pensados e deles se originam os conceitos”. A realidade objetiva existe fora de nós e as percepções que

temos dessa realidade são sensíveis, múltiplas e dispersas. Por conseguinte, para haver o conhecimento, é necessário um elemento unificador dessas intuições e esse elemento é o entendimento.

Como o conhecimento só pode ocorrer na relação entre o sujeito e o objeto, Kant analisa que razão fica impedida de conhecer a coisa em si, então esse limite da razão pode significar uma possibilidade de garantir a verdade.

Tendo em vista as análises de Kant (1975), especialmente as relacionadas as capacidades da sensibilidade e do entendimento, é possível afirmar que a concepção assumida por esse filósofo a respeito da verdade é a entendida como correspondência. Há de ser ter concordância do conhecimento com o seu objeto, a fim de que se possa perceber verdade expressa no conceito.

Na modernidade, a sistematização da dialética por Hegel com a retomada do pensamento de Heráclito, possibilita o surgimento de novos problemas e concepções de verdade, idealistas com Hegel e materialista com Marx.

A questão da verdade é abordada por Hegel, especialmente na Fenomenologia do Espírito e na Ciência da Lógica. Na Fenomenologia do Espírito, Hegel apresenta o processo pelo qual a verdade se dá nas relações que a consciência realiza, desde a instauração da certeza sensível em que a consciência percebe a existência das coisas à certeza propiciada pela percepção, quando a consciência percebe o objeto em sua multiplicidade, ou seja, em suas múltiplas qualidades. A percepção consiste em um momento da consciência em que é possível notar que a verdade é processual, se realiza na continuidade do movimento dialético. Assim, a verdade é dada no conceito como unidade da multiplicidade constituída no movimento do vir-a-ser. A verdade é buscada em uma unidade de opostos, oportunizada pela contradição conceitual.

Em Hegel, a verdade amplia-se e aprofunda-se nos momentos dialéticos do espírito hegeliano, especialmente quando da passagem da autoconsciência para a razão, que indica o caráter histórico da verdade até a constituição da verdade absoluta. Em Marx (1991), a questão da verdade é abordada a partir da ideia de materialidade na definição do que é verdadeiro. Assim, a verdade é compreendida por Marx, na sua objetividade.

A semelhança de Hegel, em Marx a verdade também se apresenta em um movimento dialético, porém, constituído pela prática, portanto, como verdade objetiva, mas que não prescinde do movimento do pensamento.

Se em Hegel (1992), esse movimento se realiza na perspectiva conceitual, em Marx (1991) é a prática que constitui a base do pensamento, bem como o seu critério de verdade. Como não podia deixar de ser, em decorrência da própria concepção dialética em que Marx funda seu pensamento, a verdade é constituída pelo movimento, portanto, processual. Todavia, em função da concepção materialista esse vir-a-ser é constituído na

e pela prática, de modo que a verdade é objetiva. Para Marx (1991, p.16) “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.

As concepções desses dois estudiosos fertilizam e influenciam muitas abordagens sobre o conhecimento na contemporaneidade. Nesse sentido, sobressai-se também fenomenologia desde Husserl à hermenêutica de Heidegger.

Para entender a concepção de verdade em Husserl é necessário compreender a fenomenologia como uma filosofia rigorosa cujo método possibilita a manifestação ou revelação das essências, também é necessário compreender alguns conceitos importantes como, por exemplo, o de consciência intencional e o de intuição eidética. O conceito de consciência intencional expressa a compreensão de que a consciência é ato e, como tal, está voltada para fora de si mesma. Trata-se de um ato significante que se apropria dos elementos sensíveis da matéria subordinando-os a função de significação. A intuição eidética refere-se ao conhecimento direto e imediato, sem intermediários, que se pode ter das essências.

Ao discutir sobre evidência e verdade, depois de analisar quatro conceitos de verdade, Husserl (1992, p.96) explica que “o conceito mais restrito de verdade seria então limitado à adequação ideal de um ato relacionante à correspondente percepção adequada de um estado de coisas”. Na continuidade dessas explicações encontra-se a conclusão da discussão sobre evidência e verdade. Nesse sentido, Husserl (1992, p. 97) afirma: “Assim como o é exprime a concordância predicativa ao modo de intenção de significação, o não é exprime o conflito predicativo”.

Então, é pela intuição que se alcança a verdade, posto que coloca em evidência as coisas mesmas. Em suas preleções sobre essa questão, Husserl (1992) compreende a verdade como correspondência, que se realiza como uma adequação entre intenção significativa e o significado, ato realizado pela consciência, uma vez que é na intuição eidética, em presença das coisas mesmas, sem intermediários, que é possível à consciência o conhecimento das essências. Desse modo, a verdade é sempre a verdade de um sentido e a consciência intencional a responsável pelo preenchimento do sentido ao objeto.

Rastrear a busca pela verdade do conhecimento, realizada pela filosofia, possibilita observar que a própria história demonstra que dúvidas foram lançadas sobre essas verdades. São justamente essas dúvidas que têm se constituído a mola propulsora, responsável pelo desenvolvimento do conhecimento. Foram também essas dúvidas que sempre apontaram uma postura que se faz crítica de si mesma, questiona seu próprio poder de conhecimento e quanto mais questiona mais percebe a provisoriade das respostas obtidas.

A procura pela certeza ou por uma verdade universal, que sirva em todo o tempo e lugar, vem perdendo espaço para a compreensão de provisoriade das verdades, apontada pelo pensamento que visa acompanhar o movimento dialético do real. Nesta perspectiva,

a certeza deste momento pode ser a incerteza do momento seguinte. O homem existe, historicamente, e, por todos os lugares, encontra-se envolvido num processo dialético de miríades contradições que ele próprio propicia no âmbito de suas relações, ligando suas descobertas, sua forma de agir, de interpretar aos conceitos de tempo e espaço, ao mesmo tempo em que transforma esses mesmos conceitos, a partir de novas práticas. Ora, os conceitos são criações humanas, cujos significados são constituídos na própria historicidade de um mundo especialmente simbólico. Portanto, o que são verdades? Conceitos que recebem sua significação da história, que se entrelaçam às ações humanas, delas dependem e a elas se dirigem. E podem perder o sentido e a vigência, quando mudam as formas históricas e culturais produzidas pelo próprio homem.

Ao primar pelas interrogações, a filosofia se dá conta de que, quanto maiores e mais diversas forem as dúvidas lançadas sobre as certezas, maiores serão as possibilidades de compreensão das contradições que se presentificam e se realizam na sociedade. Sendo até possível dizer que não existe uma verdade única, porém, verdades que dependem, de certa forma, das significações históricas emergidas no emaranhado de contradições, desejos, imaginações e criações que, de algum modo, não só compõe, mas fertilizam a realidade. Isso significa que a existência de uma verdade pressupõe o entendimento de que esta não se constitui um sistema fechado, pronto e acabado, mas um processo. Se existe uma verdade, ela está em aberto, em permanente construção, por consequência da própria provisoriidade intrínseca à condição histórica posta no movimento das respostas mesmas.

A totalidade implica um processo de abertura epistemológica, no sentido de que tanto o conhecimento como o mundo humano estão em permanente elaboração e transformação e é nesse contexto que o homem emite juízos de valor e projeta sua existência mediante as condições histórico-sociais que ele mesmo cria como sujeito coletivo. Por isso, é necessário entender o contexto espaço-temporal em que se organizam o conhecimento e a existência humana, para compreender que a emissão de juízo de cada indivíduo, embora esteja ligada à singularidade de cada um, não se reduz a uma pura particularidade, em função do caráter histórico-social de ambos.

Consideramos que a nossa intenção de contribuir com a discussão sobre o nosso objeto de estudo exige de nós a construção de nosso próprio conceito de sujeito. Nesse sentido, entendemos o sujeito como um vir-a-ser que se movimenta como uma unidade de contrários dialeticamente complexa, implicando uma multidimensionalidade e uma plurirrelacionalidade difíceis de ser aprendidas. Uma unidade a partir da qual ele se realiza ao mesmo tempo como condição e condicionado, criador e criação, produtor e produto, ruptura e continuidade cuja racionalidade é intersubjetiva, parte da realidade objetiva e a ela volta, portanto, uma consciência eminentemente social. Trata-se, pois, de um sujeito que, mediado pelas condições históricas, pensa, age, sente e deseja, um sujeito que se

relaciona e se emociona na busca contínua de realização da liberdade, da autonomia e da eticidade.

É importante lembrar que o que chamamos de busca da verdade equivale a um dos mais antigos anseios do homem, o de trilhar um caminho seguro, tendo em vista tantas dúvidas e incertezas vivenciadas por ele.

CONCLUSÃO

O percurso pelos caminhos trilhados pela filosofia, na instauração e explicitação da verdade no conhecimento, permitiu perceber o esforço teórico-filosófico realizado por diversos filósofos para explicitar os meandros do pensamento nas diferentes concepções de verdade, bem como observar a riqueza das análises, dos argumentos e das discussões instauradas no contexto da procura e atingir nosso objetivo de compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia e, conseqüentemente, proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura.

Foi possível notar que as diferentes concepções, emergidas na interminável busca que a filosofia se impõe, abrangem discussões acerca do ser, do conhecimento, do mundo, do homem, enfim, sobre o sentido de totalidade, trazendo à tona a necessidade epistemológica de crítica, de interrogação, de explicitação e instauração da verdade, mas também a necessidade ontológica, preocupada em esclarecer o ser constitutivo e constituído nesse processo. Nessa perspectiva, pudemos perceber que no cerne das investigações, e dos questionamentos a respeito do ser, as diversas concepções filosóficas realizam um debate teórico fertilizado pelos conceitos de ser e vir-a-ser, que não prescindem das concepções de verdade.

O percurso que traçamos evidencia que, do ponto de vista conceitual, as contradições são responsáveis pelo movimento instituído nos e pelos conceitos, a compreensão que Hegel demonstrou com muita propriedade. Mas, salienta ainda que as contradições não aparecem apenas na relação entre conceitos, efetuando a positividade e a negatividade de cada um destes, mas também, na relação sujeito-conceito, tanto quando da elaboração, como na apropriação que um sujeito faz de um conceito criado por outrem. Ainda deste ponto de vista, destaca que as contradições se dão na evolução conceitual que o sujeito pode colocar em evidência, numa retomada de um conceito que, reapropriado em outro tempo e lugar, por outro sujeito que não o seu criador, sofre a novas influências espaço-temporais.

Ainda sobre as contradições outros vestígios no roteiro percorrido demonstram que não se limitam aos conceitos, mas emergem, sobretudo, no âmbito das relações humanas, especialmente as relações de produção, como analisou Marx. As contradições originadas na prática material dos homens e superadas nessa mesma prática, possibilitam

o entendimento de que eles são dependentes, mas ao mesmo tempo criadores, tanto das circunstâncias materiais como das condições ideais, na constância do vir-a-ser. O ser do homem é, pois, pura possibilidade, envolve ideia e matéria, por isso mesmo podemos concluir que o sujeito histórico é prático-teorético, multidimensional e plurirrelacional.

O pressuposto de que tudo é muito provisório, de que a realidade se dá como movimento, explica, em certa medida, a possibilidade de diversas e diferentes concepções acerca do homem, do mundo, do conhecimento e da verdade, que se vão formando nos caminhos percorridos pela filosofia.

As conclusões a que chegamos, considerando as opções que fizemos no estudo, nos levam a confirmar a existência de uma busca infundável acerca das verdades epistêmicas, por parte da filosofia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de construção e reconstrução do alicerce sobre o qual o conhecimento se assenta, da elaboração e reelaboração dos conhecimentos, das ideias e das práticas humanas.

A intenção não foi organizar um tratado sobre o nosso objeto de estudo, que os limites desse texto nem competiria, mas tão somente rastrear os caminhos percorridos pela filosofia na busca de esclarecimentos sobre a constituição da verdade no conhecimento, ainda que a partir de fragmentos históricos, porém importantes.

Então, este texto se coloca como uma oportunidade de situar, nos fragmentos da história aqui registrados, o caminho percorrido pela filosofia para satisfazer a necessidade da verdade no âmbito do conhecimento. Afinal, não basta dizer que um conhecimento é verdadeiro e ou falso, mas sobretudo porque o é e quais critérios determinam que é verdadeiro ou não.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BACON, Francis. **Novun Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. (Trad. Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima). São Paulo: Hemus, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HEGEL, Friedrich. **A fenomenologia do espírito**. (Trad. Henrique C. de L. Vaz). São Paulo: Nova Cultural, 1992.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**: sexta investigação. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

LOCKE, Jonh. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. (Tradução de Anoar Aiex). 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores)

MARX, Karl. A ideologia alemã. (Trad. José C. Bruni e Marcos A. Nogueira). São Paulo: HUCITC, 1987.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. 5ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Os Pensadores.

PADOVANI, H. & CASTAGNOLA, L. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

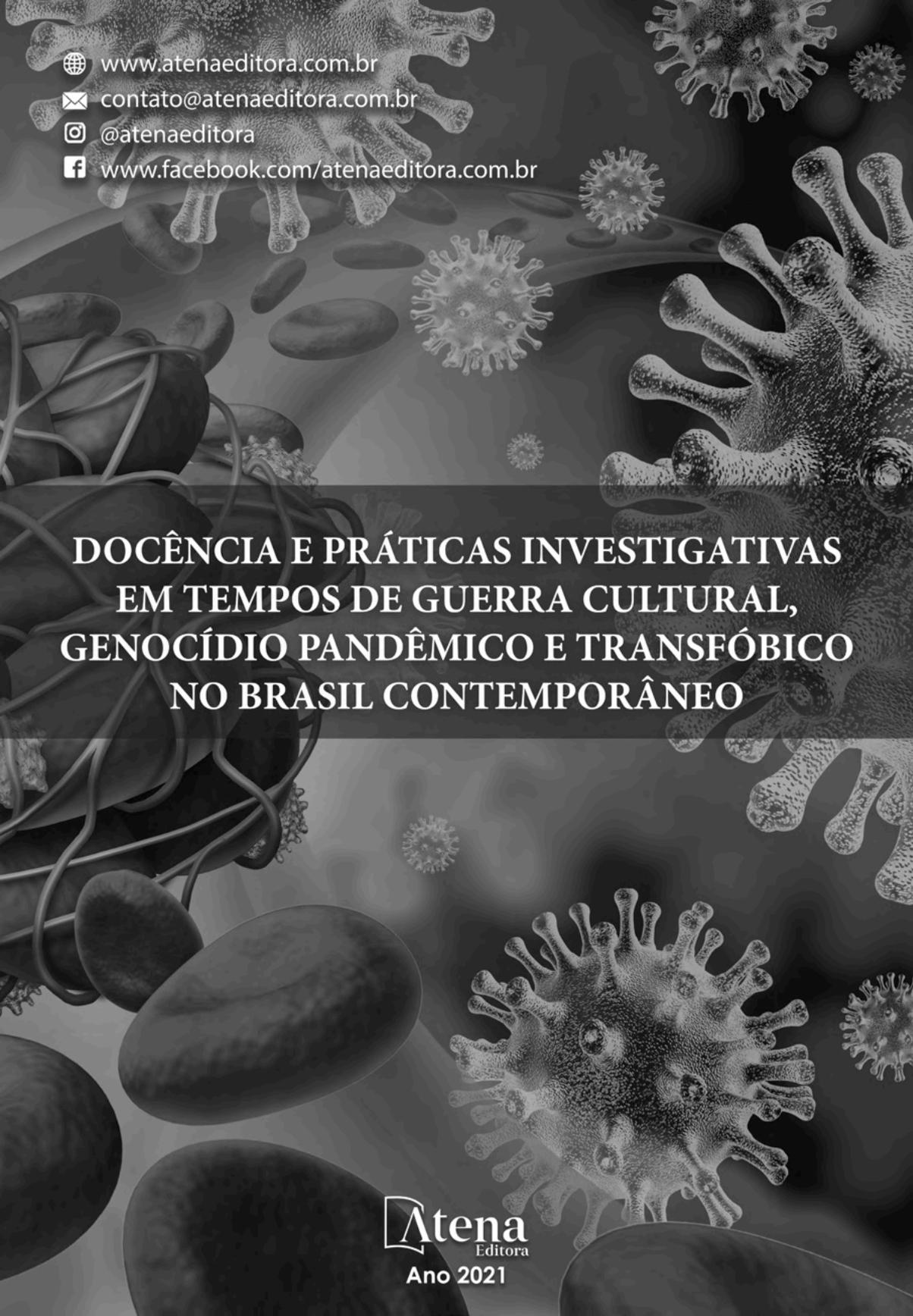
PLATÃO. **A República** (ou Sobre a Justiça. Gênero Político). Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3ª ed. Belém: EDUFPA, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. (Trad. Sérgio Milliet). Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. (Tradução de Antonio Paulo Donesi). São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A Filosofia Contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. (Trad. Luiz F. Cardoso). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO


Ano 2021



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Atena**
Editora
Ano 2021